



Relatório de Desempenho da Gestão 2023- Tribunal de Justiça Resultados das metas e indicadores de desempenho no PPA em 2023

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2023 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “5.1–Justiça” do Eixo “5–Ceará Pacífico” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2020-2023)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seus programas temáticos de governo (Programas nº “512–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”, e nº “513–Integração do Sistema de Justiça Criminal-Integra”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores dos programas finalísticos.

Tabela 1-Desempenho dos Indicadores dos programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Sentenças proferidas por magistrado	Sentença por magistrado	2023	1.236,00	1.496,00	121,04	Favorável e tende a melhorar



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Índice de produtividade do servidor	Processo por servidor	2023	126,00	107,22	85,10	Favorável e tende a melhorar
Taxa de congestionamento	Percentual	2023	62,00	63,73	97,21	Favorável e tende a melhorar
Índice de atendimento à demanda	Percentual	2023	120,07	108,98	90,76	Favorável e tende a melhorar
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)						
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.						
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização	Situação do indicador
Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados	Número	2023	-	-	-	Descontinuado

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023– Período: janeiro-dezembro de 2023).

Ao analisar o indicador “*Sentenças proferidas por magistrado*”, destaca-se que, tanto o ingresso de novos juízes como o aumento da produtividade de magistrados e a atuação do Núcleo de Produtividade Remota com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI) e do



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci) no julgamento de processos corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023, em que os magistrados conseguiram cumprir e até mesmo ultrapassar a meta anual de sentenças proferidas. Como resultado, de um total de 638.787 sentenças proferidas por 427 magistrados, o indicador apresentou um desempenho favorável no ano de 2023, com bons resultados obtidos nos dois semestres, alcançando percentual de realização anual de 121,04%, superando, dessa forma, a meta projetada para o ano.

Com relação ao indicador “*Índice de produtividade do servidor*”, este apresentou um desempenho favorável, embora com resultado obtido ainda abaixo do esperado para o ano de 2023, alcançando percentual de realização de 85,1% em relação à meta projetada para o ano. Tendo em vista que o índice mede a relação entre o volume de processos baixados e o número de servidores ativos que atuaram no período, computando-se um total de 627.559 processos baixados por 5.853 servidores, vale ressaltar que este resultado durante o ano de 2023 acabou sendo impactado pelo ingresso de novos servidores nos últimos 2 anos, incluindo ainda o ano de 2023, pois, embora a produtividade em 2023 apresente a tendência de melhora em relação ao ano de 2022 quando atingiu percentual de realização de 74,19% da meta, por outro lado, também acaba reduzindo a média de produtividade pelo fato de que os novos servidores nomeados ao longo do ano de 2023 não conseguiram produzir em todos os meses, o que demanda um pouco mais de tempo para começar a produzir mais, levando em conta que existe uma curva de aprendizado.

Acerca do indicador “*Taxa de congestionamento*”, este mede o percentual de processos que não são finalizados no ano, cuja baixa definitiva do processo ocorre quando todas as determinações constantes na sua sentença foram cumpridas pelas partes litigantes, sendo calculado pela fórmula: $[CASOS\ PENDENTES / (CASOS\ PENDENTES + PROCESSOS\ BAIXADOS)]$. Desse modo, ocorrendo o trânsito em julgado e não havendo mais movimentações processuais necessárias e/ou pendentes, o processo poderá ser baixado definitivamente, não contabilizando mais para o acervo pendente do Tribunal. Portanto, quanto menor for a taxa, maior será a facilidade de o Tribunal em lidar com seu estoque de processos. Este indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2023, em que foram baixados 627.559 processos, e constavam ainda 1.102.531 casos pendentes de baixa, o que resultou numa taxa de congestionamento de 63,73% em 2023 $[1.102.531 / (1.102.531 + 627.559) = 0,6373]$, alcançando percentual de realização de 97,21%, bem próximo de atingir à meta projetada para o ano, o que demonstra a



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

busca de o TJ-CE promover a produtividade e a celeridade na prestação jurisdicional. Destaca-se que o que pode explicar o resultado favorável do indicador é o aumento da produtividade de servidores e magistrados, decorrente do acréscimo que houve na força de trabalho do Poder Judiciário cearense por meio de nomeações de servidores e magistrados nos últimos 2 anos, contribuindo para dar maior vazão aos processos judiciais. Destaca-se ainda a contribuição do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo de atuação em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci), na detecção de focos de congestionamento e providências de soluções para a realização dos julgamentos nas comarcas de Fortaleza e do Interior, baixando os estoques de processos no 1º e 2º Graus da Justiça, que juntos corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023.

O “*Índice de atendimento à demanda processual*” do Poder Judiciário reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2023, visto que alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 108,98%, que se manteve superior a 100%, onde se computou um total de 575.833 casos novos e de 627.559 processos baixados evidencia os esforços de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes. Cabe destacar que tanto o aumento da produtividade de magistrados e servidores, assim como a atuação do Núcleo de Produtividade Remota, que adotou novo modelo em 2023, com apoio do Núcleo de Qualidade da Informação (NQI), e do Núcleo de Apoio às Comarcas do Interior (Nupaci) corroboraram para o bom resultado do indicador em 2023.

Por fim, acerca do indicador “*Quantidade de serviços tecnológicos da área criminal e infracional integrados*”, vale destacar que o projeto estratégico “*Padronização e integração do mandado de prisão*”, que previa a integração dos serviços de envio e cumprimento do mandado de prisão, além do contramandado de prisão, acabou sendo descontinuado, uma vez que a SSPDS/PCCE substituiu seu sistema por meio do qual haveria a integração, tornando impossibilitada a continuidade do referido projeto para permitir a integração com o sistema do TJCE,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de modo que nenhuma entrega efetiva foi realizada em 2023. Dessa forma, não há mais possibilidade de atualizações no que diz respeito à entrega “SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO”, que previa a integração dos sistemas a ser realizada por meio de tecnologia Web Service. Os agentes envolvidos, após realizar uma análise de viabilidade do Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, decidiram sobre sua descontinuidade no âmbito do PPA desde o final de 2021, dada sua inviabilidade, especialmente para a concepção do próximo plano de governo.

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas de iniciativas dos programas finalísticos em 2023.

Tabela 2-Desempenho físico das Entregas dos Programas

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2023	Realizado em 2023	% Execução Física	Loa + créditos 2023	Empenhado 2023	% Execução orçamentária-financeira
512.1.01 - Qualificação da prestação jurisdicional	409-PESSOA CAPACITADA	Número Absoluto	2.214,00	3.547,00	160,21	4.236.852,00	1.790.821,13	42,27
	950 - MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO	Percentual	25,00	25,00	100,00	1.771.936,00	1.435.195,92	81,00
	1.637 - SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO	Percentual	19,04	19,04	100,00	8.445.255,55	1.028.099,93	12,17



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

512.1.02- Promoção da oferta de serviços judiciais	1.350 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Número Absoluto	514,00	713,00	138,72	1.332.510.650,12	1.320.000.898,08	99,06
512.1.03 - Qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais.	477-PROJETO IMPLANTADO	Percentual	20,00	20,00	100,00	23.493.809,00	18.707.065,66	79,63
	1.348-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Número Absoluto	159,00	252,00	158,49	63.445.616,56	35.101.297,08	55,33
512.1.04 - Promoção de serviço cartorário gratuito.	1.606-SERVIÇO EXTRAJUDICIAL OFERTADO	Número Absoluto	377.150,00	430.757,00	114,21	38.400.791,00	32.882.607,97	85,63
512.1.05 - Implantação da transformação digital para aprimoramento dos serviços ao cidadão.	1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Percentual	33,33	33,33	100,00	12.080.895,75	6.978.721,54	57,77
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)								
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.								
Iniciativa	Entrega	Unidade	Meta programada	Realizado	% Execução	Loa + créditos	Empenhado	% Execução orçamentária-



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

			para 2023	em 2023	Física	2023	2023	financeira
513.1.01 - Qualificação da comunicação entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.	1.485-SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO	Número Absoluto	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 – Período: janeiro-dezembro de 2023).

No que concerne ao Programa “*512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*”, as principais realizações concluídas em 2023 dizem respeito às seguintes entregas: 3.547 pessoas capacitadas, 713 unidades judiciárias mantidas, 430.757 serviços cartorários gratuitos ofertados e 252 unidades judiciárias estruturadas.

Destacam-se os seguintes pontos: 1) o programa de capacitação de servidores e magistrados foi executado de forma a alcançar um percentual de execução física de 160,21% da meta anual estipulada para 2023, a despeito de uma execução financeira-orçamentária aquém do esperado. O bom resultado da entrega física pode ser explicado pelo fato de a oferta de cursos e de capacitações terem ocorrido também em sua grande parte por formadores internos, cujo custo é bem menor do que a contratação de formadores externos (de mercado), e com utilização em sua grande parte de recursos próprios provenientes da arrecadação do Fermoju, considerando que os recursos previstos provenientes do financiamento pelo BID foram pouco executados tendo em vista a política de replanejamento e priorização da aplicação de recursos segundo regras do agente financiador; 2) a manutenção das unidades judiciárias das comarcas da capital e do interior, cujos serviços de manutenção prestados apresentam caráter de continuidade, também atingiu um percentual de execução física realizada de 138,72% de unidades judiciárias mantidas superior à meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 99,06%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; 3) os serviços extrajudiciais (cartorários) alcançaram um percentual realizado de execução física de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

114,21% de atos cartorários de registro civil gratuitos superior à meta física programada para o ano de 2023, frente a uma execução orçamentária/financeira próxima de 90%, o que reflete uma proximidade com o planejamento; e 4) a estruturação de unidades judiciárias, a fim de contribuir para a qualificação da estrutura física e tecnológica da oferta dos serviços judiciais atingiram um percentual de execução física de 166,85%, cujo resultado se deve principalmente à substituição de microcomputadores e notebooks e substituição de sistema judicial antigo por novo, através da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) em diversas unidades de comarcas da capital e do interior, contribuindo ainda as reformas e ampliações das estruturas físicas de fóruns do interior, como Uruburetama, Pacatuba, Marco, Crato, Beberibe e Jaguaribe.

Cabe esclarecer que as demais entregas do programa “512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL” (“950-MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO”, “1.637-SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO”, “477-PROJETO IMPLANTADO” e “1.664-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA”), relacionados aos projetos dos produtos do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), todas tiveram o acompanhamento da execução física dos produtos do Promojud baseado na elaboração de relatórios anuais informando de forma qualitativa o avanço dos produtos, de acordo com regra e exigência do agente financiador (BID), que constou na adequação do PPA realizada no final de 2022. Nesse sentido, todas as entregas atingiram percentual de realização de 100% das metas físicas, tendo em vista a completude dos relatórios informando o avanço dos produtos ao longo de 2023.

Dessa forma, como principais realizações da entrega “1637 – SISTEMA DE GESTÃO MODERNIZADO” (Produto 2.1 – Governança e gestão estratégica aprimoradas; Produto 2.2 – Gestão orçamentária e financeira modernizada; Produto 2.3 – Gestão de custos implantada; Produto 2.5 – Capital humano aprimorado; e Produto 2.6 – Programa de desenvolvimento de mulheres líderes implementado) tem-se: Capacitação em gestão completa e eficiente do patrimônio público; Curso de Excel Básico ao Avançado; Curso de Power BI Básico ao Avançado; e Curso de libras, que foram concluídos em 2023. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria em Design Thinking; Consultoria especializada em Gestão Estratégica e Projetos; Licenças, Suporte e capacitação do Brisk; Solução tecnológica de Gestão Estratégica Brisk; Consultoria individual para preparação de TRs, avaliação de propostas e controle de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

qualidade da solução tecnológica de gestão de demandas; Consultoria técnica especializada no âmbito de Gestão de Licitações e Contratações Públicas; Serviços especializados de levantamento e diagnóstico dos bens móveis e intangíveis, compreendendo os inventários, as reavaliações e o saneamento do sistema; Solução tecnológica de Folha/RH; Capacitação em gestão de mudanças; Consultoria em mapeamento de competências e levantamento de perfis dos cargos; Programa de Desenvolvimento de Gestores com foco em Gestão e Comunicação; e MBA em Gestão Pública e Inovação no Poder Judiciário.

A principal realização da entrega “950 – *MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO*” (A1-Monitoramento e avaliação; e A2-Auditoria) foi a Primeira Auditoria do Promojud realizada. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria individual de Intérprete de idiomas; Consultoria individual para preparação de TRs e avaliação de propostas, notadamente nas fases de pesquisa de preços, orçamentação e compras; Consultor individual para atuar na avaliação experimental de Harvard (Pesquisador local); Contratação de empresa de auditoria externa; e Consultoras individuais para apoio às aquisições do Promojud.

Com relação à a entrega “477 – *PROJETO IMPLANTADO*” (Produto 1.2 – Infraestrutura tecnológica modernizada), tem-se como realizações as aquisições de computadores e notebooks. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Suporte técnico para os balanceadores de carga; Serviço de Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas; Solução tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração; e Solução tecnológica de manutenção de servidores.

No que diz respeito à a entrega “1664 – *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*” (Produto 1.1 – Processos otimizados e automatizados, Produto 1.3 – Centro de operações de Cibersegurança implementado, Produto 1.4 – Atendimento à população modernizado e aperfeiçoado, Produto 1.5 – Processo Judiciário célere e cognitivo, Produto 1.6 – Promoção da equidade de gênero nos serviços judiciários e Produto 2.4 – Gestão da qualidade implantada), tem-se a contratação de empresa para prestar serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda. Encontram-se ainda em andamento importantes outras ações atinentes à referida entrega, como: Consultoria especializada em Gestão de Processos (BPM); Consultor especializado em desenvolvimento de



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

robôs; Consultor para avaliação de propostas e controle de qualidade do Projeto Arquitetura corporativa; Consultoria especializada em atendimento; Serviços de Operador de Atendimento Especializado – Pje; Serviços de Sustentação e Desenvolvimento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje; Consultores especializados em Inteligência Artificial; Analistas de negócio – Pje; e Consultoria Especializada em Gestão da Qualidade.

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas às iniciativas do programa 512 mostrou-se satisfatório durante o ano de 2023, tendo em vista que as referidas entregas atingiram e até ultrapassaram as metas previstas para 2023.

Quanto aos indicadores do programa, conforme já mencionado, todos apresentaram resultados satisfatórios, com alguns ultrapassando ou ficando bem próximos da meta: o *Índice de atendimento à demanda* alcançou percentual de realização de 90,76% em relação à meta anual; a *Taxa de congestionamento* ficou próximo da meta prevista, com percentual de realização de 97,21%; *Sentenças proferidas por magistrado* ultrapassou a meta anual com 121,04% de realização; e *Índice de produtividade do servidor*, com 85,10% de realização.

Já com relação ao Programa “513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)”, nenhuma entrega efetiva referente ao “SERVIÇO TECNOLÓGICO INTEGRADO” foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2023, tendo em vista que o *Projeto de Padronização e Integração do Mandado de Prisão* acabou sendo descontinuado, conforme relatado anteriormente.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro dos programas por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2023.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabela 4-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Órgão Executor)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	1.232.883.620,12	1.211.249.111,08	1.207.943.801,52	98,25	97,98
FERMOJU	231.536.753,86	189.019.816,07	154.722.963,86	81,64	66,82
FUNSEG	2.160.000,00	491.389,28	491.389,28	22,75	22,75
FECDOJ	17.805.432,00	17.164.390,88	17.164.390,88	96,40	96,40
TOTAL	1.484.385.805,98	1.417.924.707,31	1.380.322.545,54	95,52	92,99
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Órgão Executor	Lei+Créditos(A)	Empenhado(B)	Pago(C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

TJ	-	-	-	-	-
FERMOJU	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNSEG	-	-	-	-	-
FECDOJ	-	-	-	-	-
TOTAL	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).

Tabela 5-Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos)

PROGRAMA 512-EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	44.907.713,00	24.158.417,61	23.396.307,45	53,80	52,10
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO	523.481,00	469.228,01	223.570,85	89,64	42,71



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

INDIRETA					
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.201.154.123,12	1.199.970.004,89	1.197.426.805,49	99,90	99,69
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	237.800.488,86	193.327.056,80	159.275.861,75	81,30	66,98
TOTAL	1.484.385.805,98	1.417.924.707,31	1.380.322.545,54	95,52	92,99
PROGRAMA 513-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL (INTEGRA)					
Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
70 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,70	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento do Programa do PPA 2020-2023 - Período: janeiro-dezembro de 2023).



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

É possível verificar que, no geral, em 2023 houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 90% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ e FECDOJ, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Com relação ao FERMOJU, embora o órgão tenha alcançado percentual de execução superior a 80%, cabe destacar que alguns importantes investimentos previstos para serem executados em 2023, com destaque para obras e construções previstas no Plano de Obras do Tribunal de Justiça, tiveram que ser replanejadas para 2024, devido principalmente a entraves no processo licitatório.

Observa-se ainda que o FUNSEG foi o que apresentou execução orçamentário-financeira num patamar bem abaixo das outras fontes, cerca de 22% dos recursos empenhados, que se refere basicamente a uma despesa de exercícios anteriores referente ao CT 96/2019 para construção do novo Fórum de Senador Pompeu. Destaca-se que, ainda em 2023, com vistas a alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030, foi criado um grupo técnico de trabalho para planejamento das contratações de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituído pela Portaria nº 1545/2023, de 28 de junho de 2023. Entre as contratações, estão previstos serviços de segurança armada, monitoramento eletrônico, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x. Ressalta-se que as referidas contratações foram submetidas à aprovação superior do Comitê Executivo (Coex) Estratégico, computando como projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*” sob gestão da Assistência Militar, com recursos do Funseg aprovados da ordem de R\$ 31.517.476,51 para desembolso no biênio 2024-2025, e devidamente previstas para iniciarem sua execução a partir do orçamento vigente de 2024. Nesse sentido, com os avanços das referidas iniciativas, espera-se que a execução do FUNSEG seja alavancada nos exercícios vindouros.

Ressalta-se que as Fontes de Recursos “756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA”, “500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS” e “759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS” também



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Apenas a Fonte “754 – *RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO*” apresentou execução orçamentário-financeira num patamar inferior às outras fontes, tendo em vista atrasos que ocorreram em virtude da liberação de recursos do financiamento e do ajuste no planejamento das contratações autorizadas pelo Banco (BID), porém já apresentou uma melhor execução se comparada ao ano anterior de 2022, o que não gerou entraves para o bom desempenho orçamentário-financeiro geral apresentado pelo Programa 512.

Por outro lado, o programa 513 não apresentou nenhum valor de execução orçamentário-financeira em 2023 para o referido programa, evidenciando sua dificuldade de implementação que culminou na proposta de sua descontinuidade por motivações já relatadas anteriormente.